

Sumário

Introdução	1
1 Os Princípios Constitucionais do Trabalho: Importância do Trabalho na Dignidade da Pessoa Humana	7
1.1 Conceito de princípio	7
1.2 Funções dos princípios.....	8
1.3 Classificação dos princípios.....	12
1.4 Princípios constitucionais do trabalho	15
1.4.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	18
1.4.2 Princípio da centralidade da pessoa humana na vida socioeconômica e na ordem jurídica	24
1.4.3 Princípio da valorização do trabalho e do emprego.....	26
1.4.4 Princípio da inviolabilidade do direito à vida	28
1.4.5 Princípio do bem-estar individual e social	31
1.4.6 Princípio da justiça social.....	33
1.4.7 Princípio da submissão da propriedade à sua função social ...	34
1.4.8 Princípio da não discriminação	37
1.4.9 Princípio da igualdade em sentido material	38
1.4.10 Princípio da segurança.....	42
1.4.11 Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade	44
1.4.12 Princípio da vedação do retrocesso social.....	46

2 Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações Trabalhistas49

2.1 Direitos humanos e direitos fundamentais.....	50
2.2 Definição de direitos fundamentais.....	53
2.3 Dimensões dos direitos fundamentais	55
2.3.1 Direitos fundamentais de primeira dimensão	56
2.3.2 Direitos fundamentais de segunda dimensão.....	57
2.3.3 Direitos fundamentais de terceira dimensão	59
2.4 Direitos fundamentais nas constituições portuguesa e brasileira....	63
2.4.1 Os direitos fundamentais na Constituição da República Portuguesa de 1976.....	64
2.4.2 Os direitos fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	71
2.5 Eficácia dos direitos fundamentais nas relações trabalhistas.....	74

3 O Poder no Contrato de Trabalho87

3.1 Fundamentos jurídicos do poder no contrato de trabalho	90
3.1.1 Fundamentação legal.....	91
3.1.2 Fundamentação doutrinária	92
3.1.2.1 Teoria privatística (teoria da propriedade privada).....	92
3.1.2.2 Teoria institucionalista.....	94
3.1.2.3 Teoria da delegação do poder público (publicística).....	97
3.1.2.4 Teoria contratualista	98
3.2 Natureza jurídica	101
3.2.1 Direito potestativo	101

3.2.2 Direito subjetivo	102
3.2.3 <i>Status</i> jurídico	103
3.2.4 Direito-função.....	105
3.2.5 Relação jurídica contratual complexa	107
3.3 Caracterização.....	108
3.3.1 Poder diretivo.....	109
3.3.2 Poder regulamentar.....	115
3.3.3 Poder de controle (poder fiscalizatório ou de vigilância)	125
3.3.4 Poder disciplinar.....	128
4 Direitos da Personalidade e Relação de Emprego	143
4.1 Conceito e fundamentação	143
4.2 Características.....	146
4.2.1 Caráter absoluto.....	146
4.2.2 Caráter inato e vitalício	148
4.2.3 Caráter ilimitado	149
4.2.4 Caráter extrapatrimonial	150
4.2.5 Caráter imprescritível.....	152
4.2.6 Caráter indisponível, intransmissível e impenhorável	153
4.3 Titularidade	156
4.4 Tipologia	158
4.4.1 Direito à vida.....	160
4.4.2 Direito à imagem	165
4.4.3 Direito à liberdade.....	172

4.5 Direitos da personalidade no âmbito da relação de emprego.....	177
4.5.1 Direito à liberdade de expressão e de opinião	180
4.5.2 Direito à reserva da intimidade da vida privada.....	193
4.5.2.1 Proteção de dados pessoais – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)	197
4.5.2.2 Dados biométricos	202
4.5.2.3 Testes e exames médicos.....	203
4.5.2.4 Meios de vigilância a distância	205
4.5.3 Direito à inviolabilidade da correspondência de outros meios de comunicação	206
5 O Direito à Preservação da Integridade Física e Moral dos Empregados.....	209
5.1 Direito à integridade física.....	209
5.2 Direito à desconexão	230
5.3 Direito à integridade moral.....	246
6 Poder Diretivo e Integridade Física e Moral do Empregado: Harmonização Necessária.....	263
6.1 Limitação jurídica do poder diretivo diante da preservação da integridade física e moral dos empregados	264
6.2 Análise de situações fáticas de limitações do poder diretivo para a preservação da integridade física e moral do empregado.....	267
6.2.1 Procedimentos seletivos – Contratação	268
6.2.2 Revistas íntimas e não íntimas	283
6.2.3 Controle por sistema de videovigilância.....	288

6.2.4 Controle de utilização de meios eletrônicos de comunicação.....	297
6.2.5 Estipulação de condições de trabalho	305
6.2.6 Assédio laboral	310
6.3 Violação dos direitos de personalidade – responsabilidade do empregador.....	326
6.4 O direito à integridade física e moral do empregado como instrumento mitigador do poder diretivo	342
7 Conclusão	345
Fontes Citadas	355